

Relatório Final

XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 15 e 16 de fevereiro de 2016

1. Sessão de Abertura

A Coordenadora da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação deu as boas vindas aos colegas Pontos Focais e aos restantes representantes dos Estados-Membros presentes.

Antes de dar início reunião recordou o seminário da manhã, considerando-o um momento muito produtivo e que abria uma janela sobre o que os PF podem fazer para responder aos desafios dos ODS.

Seguidamente usou da palavra a Senhora Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP (DG) que também saudou os presentes e aproveitou o momento para transmitir um conjunto de preocupações, notando que desde a última reunião em Díli se registaram avanços pequenos e que um conjunto de atividades aprovadas não tivera a evolução desejada. Acrescentou que nas reuniões setoriais se vinha debatendo como avançar, em relação ao financiamento, estudando formas alternativas. Desse modo considerou que o financiamento deveria ser um dos temas a trabalhar e a merecer a reflexão dos PFC. Disse ser necessário fazer um balanço das atividades, bem como uma avaliação das mesmas, e que ao iniciar a reunião se tomasse cuidado com as aprovações que dela resultassem, por forma a acompanhá-las da dotação de recursos para a sua implementação, de forma a evitar um sentimento de frustração. Sublinhou a fraca execução de atividades recém-aprovadas, designadamente nos planos setoriais da cultura, educação, ciência e tecnologia, comércio.

O Diretor de Cooperação da CPLP (DC) tomou a palavra apenas para prestar um conjunto de informações úteis, designadamente relativo ao acesso às pastas digitais com documentação da reunião.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho

A Coordenadora assinalou a responsabilidade das decisões evocada pela DG, mas notou que, infelizmente, não seriam os PF a decidir financiamento, por se tratarem de questões decididas nas capitais.

A Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) propôs duas emendas à Agenda que tinha sido disponibilizada. A primeira, face a uma ausência do Professor Edson Borges - coordenador do projeto RIPES, motivada por problemas de saúde - que a apresentação pudesse passar para o dia seguinte. A segunda passaria pela inclusão de um ponto de informação relativa a atividades do PECS-CPLP no Brasil.

Agenda foi aprovada com as alterações propostas pela PFC BR.

3. Programa Indicativo de Cooperação

3.1 Execução Financeira em 2015

O DC começou por explicar que a documentação relativa à RPFC circulara mais tarde, uma vez que estava em curso um processo interno de redefinição de procedimentos entre a DIRCOOP e a Direção de Administração e Finanças, por forma a tornar os processos internos mais eficientes. Assim, o Quadro de Execução do PIC e o Relatório de Execução da DAF deveriam ser remetidos na sua versão final em data posterior à Reunião.

Assim, os quadros que seriam apresentados conteriam a informação de acordo com os dados disponíveis em fevereiro, dados esses cuja correção se encontrava na dependência de terceiros, em função da subcontratação de serviços de contabilidade do SECPLP.

A DG aproveitou o momento para apresentar o novo Diretor de Administração e Finanças (DAF), Dr. Ismail Macsud, originário de Moçambique.

O DAF confirmou as afirmações do DC e garantiu que a síntese dos fluxos registados no FE disponibilizada nas pastas permitia traçar uma panorâmica global sobre a execução do FE em 2015. Mostrou a sua disponibilidade para responder a perguntas e questões.

Foi feita uma visualização da tabela de execução financeira (através de uma apresentação PowerPoint, disponibilizada em anexo), apresentando os totais de cada agrupamento,

projetos e programas, classificados tal como habitual, mais uma coluna de atividades que se encontravam em execução. Destacou, em concreto, que o volume de financiamento de 2015 apresentava uma redução de cerca de 400.000,00€.

Apresentou também, numa tabela resumo, as contribuições sujeitas a consignação e respetivo volume de recursos gerados. De 73 projetos sujeitos a tal regra, geraram um total de €130.000,00 de recursos livres.

Sublinhou que o PIC continha a maior fatia de recursos disponíveis no FE e que a média do volume dos recursos disponíveis era substancial, tendo em conta a aplicação em fundos feita pelo SECPLP. A aplicação produzira, no início de 2016, um resultado de € 95.500,00 em juros, estando esse montante disponível para, a partir de 2016, ser aplicado.

A PFC BR manifestou a disponibilidade do BR para colaborar e ajudar no processo que a DAF e que o SECPLP empreendera relativamente ao processo de informação sobre execução financeira.

Nesse sentido, recordou uma reunião mantida com a DAF especificamente sobre o projeto RIPES, agradecendo ajuda da DAF nesse contexto. Referiu que o trabalho com entidades executoras brasileiras acarretava mais trabalho, e que o SECPLP acabava por ficar responsável por ter um papel muito importante na execução financeira, pelo que agradeceu os esforços.

Acrescentou que, considerando que os quadros podiam vir a ser alterados, e que em muitos casos se reportavam a outros fundos que não da ABC, as dúvidas que surgissem do lado das entidades brasileiras seriam canalizadas para o SECPLP.

Explicou ainda que havia uma certa pressão sobre a ABC, por parte das entidades brasileiras que colocavam recursos e precisavam de prestações de contas, bem como dos órgãos de controle, daí a necessidade de ter relatórios fornecidos de forma sistemática.

3.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O DC apresentou o documento com a ilustração do quadro de execução das atividades que procura traduzir, até final de 2015, o ponto de situação sobre a execução técnica dos

projetos do PIC. Lembrou o seminário da parte da manhã, e sublinhou como 2015 se assumia como um ano importante para Comunidade, pois permitiu gerar um consenso sobre uma agenda internacional 2015 e a adoção pelos PFC de um documento da visão de cooperação pós-2015, como contributo para a visão estratégica da CPLP.

Referiu que embora fossem sentidos constrangimentos, conforme notado pela DG, numa visão de longo prazo, o PIC apresentava dinâmicas interessantes e uma evolução financeira positiva, como notado pelo DAF.

Considerou que deveria ser feita uma maior aposta em áreas técnicas a acarinhar, bem como uma sistematização mais perfeita da ação da cooperação. Relevou também a dificuldade de coordenação com as setoriais e o objetivo que se coloca na superação das mesmas. Informou ainda que com o envio dos quadros atualizados o SECPLP poderá também dar alguma atualização técnica que se mostre relevante.

- **Projetos**

Seguidamente passou à apresentação do Quadro de Execução seguindo a metodologia habitual, abordando projeto a projeto.

- **Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III**

O DC informou que de momento a atividade se encontrava parada. Recordou que se tratava de uma iniciativa pioneira, cujos resultados haviam sido inclusive realçados pelo Instituto Elos, e com dinâmicas projetadas para o futuro. Notou que o projeto dispunha de recursos ainda disponíveis - cerca de €84.000,00. No entanto, para lhe dar seguimento, havia sido debatida a necessidade do estado anfitrião, São Tomé e Príncipe, se apropriar do instrumento criado, designadamente apoiando a cooperativa formada pelos beneficiários do projeto, a Uê Tela. Recordou que na XXXI RPFC, em Díli, havia sido formulada uma proposta de plano de trabalho que se encontrava pendente do encerramento contas, sendo que do lado do SECPLP se entendia que a prestação de contas estava encerrada.

- Programa CPLP nas Escolas, Fase I e II

Lembrou que embora a continuação desta atividade tivesse sido aprovada há um ano atrás, na XXX RPFC, não haviam sido encontrados recursos que permitissem avançar para a segunda fase, recordando que os recursos que foram então disponibilizados não eram suficientes. Notou, porém que o interesse na atividade se parecia manter, pois tanto Angola como o Brasil haviam indicado um número de escolas adicionais para incluir no Programa, e que Timor-Leste havia recebido uma formação no final de 2015.

Recordou que Angola disponibilizara €35.000,00 e que a XXX RPFC alocara €10.000,00 para a segunda fase do Programa. Disse ainda que fora possível, durante a primeira fase, lançar o Programa em 7 Estados-Membros e que a área setorial, a educação, manifestara em mais do que uma ocasião a pertinência na continuidade do Programa.

No que concerne aos Estados-Membros onde o Programa ainda não fora lançado, considerou que talvez não fizesse sentido levar a cabo ações de formação caso não houvesse sinalização de que seria possível avançar com a segunda fase do Programa.

- Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania

Salientou que também este era um projeto que dispunha de recursos significativos e que o SECPLP aguardava informações sobre uma eventual continuidade do projeto em São Tomé e Príncipe ou se existiria possibilidade de avançar para outro EM, como por exemplo para a Guiné-Bissau, como em tempos se havia falado. Acrescentou que havia sido identificada a necessidade de uma última missão para consolidar e encerrar projeto. Tratava-se pois de um projeto em fase de encerramento, e que, num prazo o mais próximo possível, se iria agendar uma missão nesse sentido.

- Projeto "Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES) para a Cooperação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)"

O DC relatou que em Novembro 2015, se haviam realizado um conjunto de reuniões na Sede da CPLP, para elencar prioridades para o ano de 2016 e 2017. Destas foi possível identificar: o portal eletrónico do RIPES; criar a revista eletrónica da RIPES; elaborar um estudo que apresente o "estado da arte do ensino superior nos PALOP"; iniciar o processo

de mobilidade académica; realizar um seminário internacional no final de 2016, na UNILAB, e um seminário nacional sobre como agregar as universidades brasileiras na RIPES. Informou ainda que seria sistematizado um novo cronograma de atividades.

- LEGIS-PALOP - Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV – Prolongamento

A atividade em apreço referia-se ao prolongamento da fase IV, onde existiam ainda 4.200 € disponíveis. Notou que o projeto se encontrava parado desde final de 2014. Informou que recentemente, em julho de 2015, havia decorrido uma reunião das unidades técnicas nacionais em Cabo Verde. Recordou ainda que a Unidade Técnica Regional se encontrava sediada no SECPLP. Acrescentou que vinha sendo trabalhada a continuidade do projeto com fundos da UE, havendo já conversas preliminares para dar uso aos recursos existentes numa nova fase deste projeto.

- Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP

Informou que o projeto arrancara no final de 2014 em Moçambique e que já tinham sido concluídas ações em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, para além de Moçambique. Para 2016 planeava-se a realização de missão de prospeção a Timor-Leste, devendo a capacitação naquele Estado-Membro e as restantes missões aos restantes Estados decorrer durante o ano de 2016.

Recordou que a atividade tinha por objetivo fortalecer a capacidade política e institucional dos representantes governamentais e não-governamentais, fomentando o diálogo, troca de experiências e boas práticas.

- Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP

O DC explicou que logo que fossem ultrapassadas algumas questões administrativas pendentes, as quais se esperava fossem ultrapassadas muito em breve, estariam reunidas as condições para dar início às atividades deste projeto. Indicou ainda que após a assinatura do Protocolo entre as partes, seria definido um cronograma atualizado e que seria convocada uma reunião dos PF deste Projeto para adequação e calendarização das atividades previstas.

- 3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção"

O DC referiu que se tratava de um projeto que vinha ganhando notoriedade e que produzira já alguns efeitos interessantes, relatados por diferentes estruturas. Observou que a fase III estava a finalizar e que os relatórios da atividade seriam circulados em breve. Informou também que já estava disponível uma nova proposta para continuidade, e que seria circulada oficialmente brevemente. Considerou ainda que se tratava de um projeto essencial para celebrar o ano internacional da CPLP contra trabalho infantil, realçando que era possível identificar resultados e ferramentas claras e concretas que podem ser tidas como boas práticas para aplicação entre os EM.

- Portal Conexão Lusófona

O DC informou que se tratava de uma atividade praticamente concluída, que ultrapassara os resultados esperados, destacando que as metas projetavam ao menos 365 conteúdos produzidos por jovens da CPLP e Diáspora e que ao fim do primeiro ano foram mais de 1500. Realçou o potencial de aproximar jovens e diásporas dos Estados-Membros da CPLP. Assim, em função de se tratar de uma atividade que produzira os resultados esperados, com uma metodologia proposta adequada e com efeitos multiplicadores interessantes, justificaria a proposta de continuidade que iria ser trazida para deliberação dos PFC.

- Plataforma SKAN CPLP

O DC informou que o segundo semestre de 2015 deu continuidade às atividades iniciadas em janeiro desse ano, nomeadamente a constituição da Plataforma SKAN-CPLP e o desenvolvimento de um modelo de articulação dessa Plataforma.

Informou que as três ações estavam em curso, registando uma adesão importante, com Cabo Verde e Moçambique em plena articulação para que se realizem dois eventos em formato de *workshop*. Acrescentou que ao longo de 2016 se iria dar continuidade às três atividades.

- Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase 3

O DC informou que os recursos disponíveis da fase I e II haviam sido vertidos para a fase III e que os últimos relatórios circulados continham toda a informação relevante sobre a execução do projeto. Relatou que a fase III do projeto recuperava as atividades que ficaram por concluir nas fases I e II, e que em 2015 fora possível recuperar algum do atraso verificado nas fases precedentes, nomeadamente no que à Guiné-Bissau dizia respeito. Observou que a Fase 3 apresentava, na sua globalidade, um grau de execução técnica superior a 65%, e que alguns dos projetos foram implementados a 100%.

- Intervenções de Alto Impacto: Saúde Comunitária em Quinara 2014-2016

O DC informou que se tratava de um projeto aprovado pela XXX RPFC, mas cujas atividades ainda não arrancaram. Notou que os recursos estavam disponíveis e que seria dada continuidade à coordenação entre o Camões,IP, a entidade executora e SECPLP para iniciar as atividades do projeto.

- Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP

O DC informou que se tratava de um projeto aprovado pela XXX RPFC, cujas atividades já arrancaram, tendo em vista o seu lançamento na próxima Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP. Notou que partes dos recursos estavam disponíveis, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), atribuídos pelo SECPLP, na XXX RPFC, bem como o valor de € 1.500, correspondente à parte de Portugal, através do Camões,IP. As atividades do projeto já se encontram em fase de implementação - a estrutura do portal está montada, foi apresentada e discutida na V Reunião dos Pontos Focais da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, que teve lugar em novembro de 2015, e já contém alguns conteúdos. Segue-se a identificação dos administradores nacionais por parte dos estados membros e a afetação de recursos por parte dos restantes Estados membros, sendo que Timor-Leste e Cabo Verde já manifestaram intenção de afetar os referidos recursos.

- Semana da Juventude

O DC informou que se tratou de uma ação que decorreu em Bissau entre os dias 25 e 28 de Junho, contando com representantes dos Conselhos Nacionais da Juventude dos Estados-Membros da CPLP e com uma presença significativa da Juventude guineense. Deu conta de que a ação não esgotou totalmente os recursos que haviam sido afetados à mesma e que havendo novos recursos se poderia perspetivar a continuidade da ação, embora o valor final e correto não tivesse sido ainda apurado.

- Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VII

No que concerne a este projeto observou que persistia o desafio de incluir Timor-Leste mas também o Brasil, este último cuja dificuldade residia em função de se tratar de um Estado federativo e dos laboratórios de engenharia serem estaduais. Afirmou que a fase VII estava em curso e que tinha os mesmos objetivos das fases precedentes.

- Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP

O DC informou que se tratava de um projeto aprovado pela XXX RPFC, mas cujas atividades ainda não arrancaram. Notou que os recursos ainda não estão disponíveis, sendo necessário a afetação de verbas para que a equipa técnica, coordenada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal e pelo CNPq do Brasil, dê início aos trabalhos. Informou que Portugal, através do Camões,IP, afetou recursos correspondentes à parte de Portugal, no valor de €3.900 no ano de 2016 e tendo assumido o compromisso de atribuir os restantes valores, no montante de €2.150 por ano, entre 2017 e 2020. Aguarda-se a afetação de recursos pelos restantes Estados membros, sendo que Timor-Leste e Portugal já manifestaram interesse em financiar as partes correspondentes, no valor de €3.900.

- Relançamento do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional

O DC informou que se tratava de um projeto aprovado pela XXX RPFC, cujas atividades já arrancaram. Notou que partes dos recursos estavam disponíveis, no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), atribuídos pelo SECPLP, na XXX RPFC, SECPLP identificou

recursos do SECPLP. Relativamente ao projeto em causa, cuja necessidade financeira é de € 63.052,91, o DC referiu que o Secretariado Executivo, na XXXI RPFC (Díli, 2015), afetou ao projeto € 4.373. Foi informado que o SECPLP efetuou duas Missões de Serviço para diagnóstico do Secretariado Executivo, entre 18 e 27 de Novembro de 2015, para a Componente «Arquivo Histórico», e de 27 de janeiro a 3 de fevereiro, para a Componente «Biblioteca».

Informou que foram realizadas duas Missões de Serviço para diagnóstico do Secretariado Executivo. De 18 a 27 de Novembro de 2015 - Componente «Arquivo Histórico», a técnica do Arquivo Histórico do SECPLP, Sr.^a Rosa Pais, foi recebida em Bissau pela equipa do INEP, constituída pela Dra Marília Lima coordenadora de projetos do INEP e a Dra Magda Pinto Bull e, acompanhada pelo Representante Especial da CPLP, Dr. António Alves Lopes, tendo trabalhado com os Técnicos do INEP. Previsão para a próxima missão de assistência técnica a Bissau - Março de 2016, constituída pela Responsável do Arquivo Histórico do SECPLP, pela empresa de digitalização e de *software*. De 27 de janeiro a 3 de fevereiro - Componente «Biblioteca», a representante da empresa MindPrisma, Dr.^a Liliana Rodrigo.

- TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa

O DC informou que se tratava de um projeto aprovado pela XXX RPFC, mas cujas atividades ainda não arrancaram. Notou que os recursos ainda não estão disponíveis.

A PFC BR, referindo-se ao **projeto de artesanato** aditou que a cooperativa criada com o projeto continuava em funcionamento, arrendando espaço para o efeito. Informou que o Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe mantivera uma reunião com o Ministro da Juventude e Desportos, prosseguindo o esforço em curso para adequação de um melhor espaço para funcionamento da cooperativa. Traçou em seguida uma panorâmica da comercialização dos produtos e das receitas obtidas e recordou que a coordenação do projeto permanecia à distância, com o Instituto Mazal, tendo recentemente detetado uma quebra na qualidade de alguns produtos, pelo que estava já prevista uma formação para corrigir essa situação.

A PFC STP afirmou que de facto havia uma incumbência do lado do seu país em resolver a questão do espaço para funcionamento da cooperativa, informando a esse propósito que num encontro com o Presidente do Distrito de Água Grande, foi informada que já havia a identificação do espaço, o mesmo seria localizado no Parque Popular da cidade de São

Tomé, e que o projeto do espaço já tinha sido desenvolvido, estando apenas pendente a questão do financiamento, pelo que pretendia saber se existe margem orçamental no projeto que pudesse aliviar o esforço para São Tomé e Príncipe.

Referiu-se ainda à atividade da **Semana Juventude**, já terminada, informando que se perspectivava que São Tomé e Príncipe pudesse vir a acolher a próxima, prevista para novembro de 2016, acrescentando que o seu país iria apresentar um projeto nesse sentido à próxima RPFC.

A PFC do BR aludiu ao projeto **Capoeira**, para informar que a ABC estava em contacto com entidade executora para programar uma última missão, prevista para 23 a 30 de abril, onde seriam realizadas palestras, oficinas, e cerimónias de graduação. A concretização da missão dependeria apenas de uma confirmação das autoridades santomenses.

O Representante de Angola, em referência ao projeto **Meninos de Rua**, focou as informações que foram prestadas pela entidade coordenadora do projeto a ONG "Okutiuka". Destacou evoluções em Angola quanto às instalações que albergam crianças e jovens, havendo uma maior formação com apoio do Governo do Huambo.

O PFC GB reforçou que os projetos em que a GB era beneficiária eram todos bem-vindos, e que iam ao encontro do que era desejável para o seu país. Mostrou-se favorável à continuação do **Programa CPLP nas escolas**, pois os jovens eram um dos grandes focos do seu país e que, por conta da porosidade das suas fronteiras, mereciam uma atenção redobrada e um reforço do ensino e da aposta na língua portuguesa.

Quanto à **Semana da Juventude**, embora não tivesse podido estar presente, relatou que ouvira ter-se tratado de uma atividade positiva, que contribuía para fortalecer laços entre jovens guineenses com jovens da comunidade, e que nesse sentido seria uma atividade que deveria continuar.

Focou ainda o projeto do **INEP**, um projeto de relançamento do Instituto que era muito bem-vindo, estava bem encaminhado, e que fazia votos que atingisse os resultados esperados.

A PFC BR abordou o projeto **Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência**, informando que havia sido definido um projeto de calendário para as ações nos países que

ainda não tinham sido visitados. Como tal, e após articulações, disse que a proposta para Timor-Leste seria que fossem calendarizadas as ações para 2017. Para 2016, previa-se a possibilidade de fazer em Angola a prospeção em maio e a capacitação em junho; e para a Guiné-Bissau, a prospeção outubro e a capacitação em novembro.

A PF TL, referindo-se às informações prestadas pela PFC BR afirmou que na sequência da XXXI RPFC, onde fora feita uma coordenação entre o Brasil e Timor-Leste sobre este tema, em função dos compromissos nacionais, fora acordado que seria impossível realizar as ações em 2015. Mas apontou que Timor-Leste havia mencionado que seria desejável que as mesmas pudessem decorrer em 2016. Assim, não obstante a proposta pudesse ser aceite, explicou que com a vinda da Ministra da Solidariedade e Segurança Social de Timor-Leste, pretendia saber se seria possível agendar uma reunião para analisar o calendário.

A PFC GE aludindo também ao projeto dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, notou que o seu país tinha em curso também um projeto de apoio a essa camada da população, pelo que poderia ser ponderada uma parceria. Para além desse projeto, informou que também estava em curso um projeto de apoio a crianças órfãs. Considerou que no âmbito de tais projetos com cariz social pudesse ser formada uma parceria com o Brasil, propondo-se a formular um convite nesse sentido.

A PFC BR salientou o intercâmbio de experiências entre os países que o projeto Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência vinha permitindo, e que se tratava de um tema meritório que motivava o envolvimento de todos EM. Afirmou que poderia ser apreciada a demanda da GE, solicitando que pudesse que existir um pedido oficial da GE nesse sentido e desde que, houvesse recursos disponíveis

Referindo-se em seguida ao projeto de Recursos Hídricos, indicou que o Protocolo estava concluído e que em breve chegaria ao SECPLP, pelo que o arranque das atividades seria em breve. Agradeceu a compreensão da DIRCOOP pela flexibilidade demonstrada na conclusão do mesmo. Informou ainda que a ANA demonstrara interesse em realizar uma reunião com PF de todos os EM para atualizar informação e para poder ter cronograma exato da execução das atividades. Tal reunião deveria ser convocada para maio/junho 2016. Por fim, observou que a ANA continuava a desenvolver atividades bilateralmente com EM CPLP, como por exemplo o curso de saneamento básico em 2015.

Seguidamente a DG prestou informações genéricas sobre o Programa Audiovisual da CPLP.

- Ações Pontuais

O DC passou em seguida a analisar as ações pontuais.

- Monitoramento de projetos do Brasil

Relativamente a esta (AP) do DC observou que o saldo da AP que se encontrava praticamente esgotado. A PFC BR interveio notando que haveria uma falha de um registo de entrada de valores, requerido aquando da deslocação do Conselheiro Paulo André Lima para o Conselho de Ministros de Díli em julho de 2015. Assim, observou que o saldo deveria ser de aproximadamente €14.000,00.

O DC confirmou que esta era uma das falhas que estaria a ser revista pela DAF e informou que fariam o ajuste correspondente.

- Reforço da capacidade audiovisual do SECPLP

Esta atividade já havia sido realizada mas ainda dispunha de um saldo remanescente, propondo que o mesmo pudesse ser reafectado para atividades promocionais da Campanha juntos contra a Fome, com o objetivo de alavancar a angariação de fundos para a Campanha JcF. O exemplo apresentado foi o de um CD de música com os cantores intervenientes na versão vocal do hino da Campanha. Em alternativa, caso esta iniciativa não se considerasse pertinente, o recurso remanescente seria canalizado para o fim para o qual se aprovou, nomeadamente a dotação do SECPLP com ferramentas atinentes à sua atividade audiovisual.

- Formação no combate ao tráfico de seres humanos na Guiné-Bissau

Quanto a esta AP, o DC explicou que a atividade fora também concluída mas que em virtude de uma parceria feita com o UNODC fora possível fazer uma poupança de recursos, os quais poderiam reverter para ações da mesma natureza noutros EM.

- Plataforma CIPS - Fase IV

Esta atividade vinha gerando muito interesse, e uma crescente apropriação, com aumento de visibilidade. No entanto, apresentava dificuldades de sustentabilidade persistentes. Considerou que a atividade merecia uma continuidade e que a equipa central deveria ser reforçada. Informou que quanto à ação de formação para os Pontos Focais do CIPS, prevista para 2016, o SECPLP vinha procurando assegurar um quórum de participantes e que tendo surgido algumas dificuldades burocráticas e logísticas, a CPLP e a OIT Lisboa decidiram agendar para o mês de abril de 2016 (de 11 a 15) a realização da referida ação de formação, devendo a mesma ter lugar no Centro Internacional de Formação em Turim sobre o tema “Proteção Social: Tendências Nacionais e Internacionais”. Rematou que a atividade prosseguia em curso, com recursos até Julho, mas que não havia certezas quanto ao seu futuro.

- 2016 - Ano internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil

Esta teve o seu programa aprovado com a realização da Reunião dos PF da CPLP para o Trabalho Infantil, com o apoio da OIT, em janeiro de 2016, e desde aprovação da AP em Díli, registavam-se avanços muito significativos.

Acrescentou que PT contribuíra com €25.000,00, estando esses recursos já em execução nas atividades. Formulou um pedido aos EM para que relativamente às atividades de âmbito nacional pudessem informar o SECPLP das mesmas, por forma a integrar um plano conjunto da CPLP. Recordou que se ambicionava a preparação de uma posição conjunta da CPLP para apresentação na IV Conferência Global contra Trabalho Infantil, que se iria realizar na Argentina, em 2017.

A DG aproveitou para partilhar alguma preocupação com a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, bem como com a Campanha Juntos contra a Fome. Deu conta de alguma frustração, de acordo com objetivos e com o que tinha vindo a ser feito neste âmbito, referindo que era necessário lançar um debate sobre a sua pertinência. Focou então o modelo seguido pela Campanha, dando o exemplo das Corridas Juntos contra a Fome. Os recursos angariados permitiram o arranque dos dois primeiros projetos, na GB e em CV, e havia uma expectativa que um terceiro projeto em STP pudesse também arrancar. No entanto, indicou que a II Corrida, apesar de ter tido milhares de participantes e muita visibilidade, não logrou financiar nem um projeto. As pessoas correram e as empresas

contribuíram para a Campanha, mas não se conseguiu com isso dar o seguimento pretendido. Estar-se-á a corresponder neste modelo de promoção, questionou. Não seria excessivamente ambicioso para os EM da CPLP embarcar neste modelo, interrogou.

A Coordenadora enalteceu os esforços do SECPLP para conseguir recursos, ainda que os resultados não fossem tão positivos quanto esperados e concordou com necessária reflexão. Julgou de grande utilidade o seminário da manhã para essa reflexão.

A PFC BR perguntou se o valor a ser utilizado para a gravação de um CD com o hino da Campanha, cerca de €4.000,00, não deveria ser ponderado dada a escassez de recursos. Solicitou que se aguardasse algum tempo, e que apenas depois de se receber o relatório da Corrida se tomasse essa decisão.

A PFC STP colocou uma questão no mesmo sentido, interrogando se o recurso teria de ser afetado numa AP ou se poderia ser num projeto da Campanha. Referiu ainda a falta de financiamento noutros projetos onde se poderia equacionar essa alocação, como por exemplo a atividade Meninos de Rua.

O DC esclareceu que os PFC poderiam decidir alocar esse valor a qualquer projeto ou AP.

O Representante de Angola indicou que não veria inconveniente na proposta do SECPLP.

A Coordenadora propôs que a decisão de reafecção desses recursos fosse adiada ou que se escolhesse outra atividade, pois considerou que a Campanha JcF já beneficiaria de muitos fundos e de muito trabalho.

A PFC PT afirmou compreender as preocupações da PFC BR. Julgou que faria mais sentido canalizar esses recursos para um projeto da Campanha. Mas, ainda não estando em posse de todos os dados, solicitava que essa decisão fosse adiada até circulação do Relatório da Reunião.

- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)

O Dr. Edson Borges, pró-reitor da UNILAB e coordenador do projeto RIPES, apresentou de forma sucinta os resultados já alcançados pelo projeto RIPES, bem como as principais atividades previstas pelo projeto para 2016 e 2017.

De seguida, o DC retomou a grelha de deliberações da XXX e XXXI RPFC, observando que algumas atividades haviam sido aprovadas sem recurso e que outras atividades tinham recursos disponíveis mas que não havendo condições para que se viessem a realizar, seria mais oportuno que cessassem. Deu o exemplo concreto o Programa CPLP nas Escolas, que não sendo possível avançar para a fase II, poderia libertar recursos que seriam aplicados noutras ações, como por exemplo no projeto Meninos de Rua, realçando aqui a necessidade de dar continuidade à iniciativa.

Por outro lado notou que os recursos remanescentes da Semana de Juventude não seriam suficientes para outra edição, e esses valores poderiam ser reafectos na AP do Ano Internacional contra o Trabalho Infantil, bem como os recursos remanescentes do Legis-PALOP se poderiam alocar recursos a outra atividade.

Observou ainda que alguns projetos do Brasil se encontravam dotados de recursos importantes e ainda disponíveis, pese embora não se registassem ações recentes, designadamente o projeto de capoeira e o de artesanato.

Assim, considerou ser útil fazer alguma sistematização e dar algumas atividades por concluídas. Para tal apresentou algumas propostas:

- Proposta de término do Programa CPLP das Escolas e alocação a outras atividades;
- Proposta de término da Semana da Juventude e alocação a outras atividades;
- Plataforma CIPS, designadamente no que concerne à formação em Turim prevista para Abril, mas ainda sem recursos, e que iria motivar um terceiro adiamento da formação, sugeriu finalizar atividade e realocar os recursos remanescentes

Afirmou que se tornava fulcral uma reflexão sobre a aprovação de projetos sem financiamento garantido, bem como uma segunda reflexão relacionada com a falta de apropriação dos projetos financiados por BR e PT. Assim, recordou que o SECPLP havia desencadeado um esforço na identificação conjunta com os Pontos Focais de Cooperação de atividades a desenvolver nos EM da CPLP, tendo esse esforço obtido melhores resultados na ótica da apropriação e sustentabilidade das atividades, mas perante a ausência de recursos que se constatava, não seria possível dar continuidade a esse modelo.

Fez ainda uma terceira reflexão, relativamente ao facto de existirem atividades derivadas de iniciativas políticas, aprovadas por órgãos de cúpula, mas que depois numa reunião

técnica não eram vistas como prioritárias. Interrogou se a RPFC não estaria a extrapolar competências ao analisar qualitativamente o que órgãos superiores da organização haviam deliberado como prioritário para a agenda da Comunidade. Em seguida, avançou com uma nova reflexão em que recordou o tema da energia e a questão da conferência da energia – cujas atividades tiveram significativos financiamentos privados e que, em função desse modelo de financiamento, porventura, poderia ser criada uma habituação em os EM se afastassem dos compromissos que aprovavam. Por outro lado, apresentando uma outra dimensão de compromisso, destacou o importante contributo de Timor-Leste para a ESAN.

Regressando ao tema da Campanha, recordou que se registaram um conjunto de iniciativas lançadas nos EM (Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste), que revelavam o interesse das estruturas nacionais com a iniciativa e um princípio de apropriação que não deveria ser esquecido. Desta forma, questionou, finalmente, porque não trazer, com carácter de regularidade e programado, uma iniciativa/projeto da Campanha para aprovação da RPFC, considerando que essas atividades haviam sido propostas com base na identificação de constrangimentos locais, o que garantia uma boa apropriação, e avaliadas por um júri altamente competente, o que garantia a sua pertinência.

A Coordenadora afirmou que a XXXII RPFC deveria ser encarada como o início de uma etapa de um exercício de como os PFC teriam de inserir o seu pensamento no quadro dos ODS. Perante a dificuldade em encontrar recursos, seria importante aproveitar a reflexão para ver quem são os intervenientes e os beneficiários e reunir esforços para chegar onde queremos, explicou. Assim, concordou com as propostas e intervenções anteriores do DC.

A PFC STP informou que, na sequência da XXXI RPFC, o seu país empreendera um esforço sobre como melhorar a sua participação financeira. Nesse sentido relatou que foram realizadas 2 reuniões, para analisar como STP poderia ajudar à sua medida. Dessas reuniões resultaram 2 propostas para que STP pudesse levar a cabo uma coordenação mais eficaz e identificasse áreas prioritárias a nível nacional. Nesse esforço os PF nacionais deveriam fazer advocacia junto aos respetivos titulares para a adoção orçamental de um fundo de cooperação nacional. Explicou que por questão de agenda este exercício não lograra os resultados pretendidos para o presente ano mas afirmou que previa que pudesse ser bem-sucedido em 2017. Acrescentou que STP pretende acolher a semana da juventude da CPLP em 2016, e nesse sentido pediu que se adiasse a decisão sobre o término da atividade e realocação dos fundos disponíveis para a próxima RPFC, prevista

para julho. Aditou que vinha mantendo contacto com entidades envolvidas na organização dessa atividade.

O Representante de Angola informou que faria as consultas nacionais pertinentes para que Angola se pudesse pronunciar sobre as propostas em cima da mesa, solicitando uma moratória, até à próxima RPFC, quanto às atividades cuja proposta seria no sentido de os cessar.

O PFC GB mostrou alguma apreensão relativamente à situação que a cooperação na CPLP atravessava. Disse que se tratava da segunda RPFC em que participava, e que para a Guiné-Bissau os projetos do PIC eram interessantes e mostravam fortes possibilidades de produzirem impacto. Como tal, a explicação apresentada pelo DC, com a qual se identificou, deixava no ar um sentimento de alguma frustração, assumiu. Ponderou que não valeria a pena pensar de imediato na alocação de fundos, mas sim na globalidade do PIC, olhando e vendo como comprimir o portfólio de projetos, para reduzir frustrações sobre a não execução das atividades. Afirmou que embora tivesse defendido a continuidade do Programa CPLP nas Escolas, não via inconveniente que terminasse, sobretudo caso os recursos revertissem para a ação Meninos de Rua. Disse que se deveria pensar de forma ampla sobre as atividades e ter critérios para decidir quais entram no PIC, de forma realista.

A PFC BR concordou que era necessário ter um olhar realista. Recordou, que em tempos fora criada uma linha de recursos para projetos a identificar RPFC, juntando alguns saldos remanescentes de ações anteriores. No entanto, observou que essa linha não recebeu novos recursos. Face a esse cenário, apresentou uma alternativa que passaria pela afetação de recursos livres, cujos fundos eram oriundos das taxas de consignação e dos rendimentos de juros de aplicações, por forma a dotar essa linha de recursos que permitissem aos PFC financiar algumas atividades. Problematizou a forma como seriam aplicados esses recursos, considerando que existiam duas RPFC anuais, e que o SECPLP deveria poder corresponder a demandadas dos EM ou a questões politicamente importantes, sendo que de acordo com as regras do Regimento do Fundo Especial, 50% dos recursos livres poderiam ser utilizados pelo SECPLP e os outros 50% poderiam ser aplicados pelo CCP, reunião que se realiza com mais frequência. Notou que os valores de recursos livres ascendiam naquele momento a cerca de €200.000,00. Recordou ainda que existiam vários tipos de classificação, e que as últimas aprovações da RPFC foram de categoria 4.

O DC recordou as aprovações da última RPFC, revendo a tabela das Deliberações da XXXI Reunião.

A PFC PT recordou que na última RPFC houve um projeto da área setorial em que todos os EM assumiram o compromisso de contribuírem, tendo sido repartido o valor equipativamente por todos. Na plataforma CIPS, observou que apenas Portugal fizera essa contribuição ressaltando que mais nenhum EM tinha respondido. Notou ainda que a rubrica de recursos livres era pouco utilizada pelos EM, sendo o SECPLP que fazia maior uso da mesma. Quanto às atividades apresentadas, disse que a ação Meninos de Rua carecia ainda do documento de projeto, que a nota explicativa remetida pela ACEP tinha sido remetida com pouco tempo para análise, mas que havia uma grande vontade de lhe dar continuidade; que concordaria que os recursos da Semana da Juventude transitassem para nova ação de continuidade; e ainda que Portugal considerava que deveria dar-se seguimento ao LEGIS-Palop; indicou ainda que seria difícil terminar o Programa CPLP nas Escolas sem o pronunciamento dos PF do projeto.

A PFC BR informou que levara a cabo consultas com ministérios setoriais para pronunciamento quanto às atividades aprovadas pela RPFC, mas que se verificavam severos constrangimentos orçamentais em todas as áreas do Governo Brasileiro. Explicou que tinha existido um acordo quanto à partilha de custos decidida em reunião setorial de educação, ciência e tecnologia, mas que relativamente aos outros, CIPS e Ano Internacional contra o Trabalho Infantil, não houve possibilidade de contribuir.

O DC esclareceu que Programa CPLP nas Escolas terminara a sua fase I mas o que acontecia é que não existiam recursos para a fase II, e que portanto todas as atividades tinham efetivamente já cessado. Nesse sentido, e após um ano em que os EM não disponibilizaram recursos para que se pudesse dar seguimento à atividade, sugere-se alocar os recursos remanescentes. Sugeriu que essas consultas com os PF setoriais fossem feitas e que pudesse haver uma decisão na próxima RPFC.

Recordou em seguida a RPFC de 2012, em Maputo, onde se dera o início do exercício de revisão do PIC da CPLP, onde se pretendia fundar o interesse em 4 ou 5 áreas prioritárias, mas que resultara num documento onde a RPFC elencou mais de 10 áreas. No novo documento produzido em Díli, voltou-se a elencar um número mais reduzido, mas que depois parece não ter concretização prática nas opções dos EM.

Recordou que após a RPFC realizada em Díli, em julho de 2015, o CCP foi informado sobre a exiguidade de, com os recursos livres existentes, se conseguir fazer face às atividades então aprovadas. Disse ainda que a linha criada no FE, fora criada pela realocação recursos livres e complementada por um recurso de depositado, em tempo, por Portugal, como voto de confiança pela gestão efetuada pelo SECPLP e pelo nível de apropriação dos beneficiários que vinha crescendo.

Afirmou que enquanto organização, a CPLP se devia concentrar naquilo que consegue fazer e deixar cair o que não é possível, pois terá mais eficácia. Disse ainda que não valia a pena criar expectativas, nem ter ilusões, pois os EM atravessavam dificuldades, e assim recomendou que se reduzisse o portfólio.

A PFC GE informou que quanto ao financiamento de alguns projetos, após a aprovação em Díli, encaminhara aos setoriais nacionais, mas que como não recebera informação dos mesmos o MNE aprovou e fez uma demanda ao governo nesse sentido. Assim, quanto aos projetos de educação e de língua portuguesa afirmou que o processo estava em curso e que o recurso deveria chegar ao SECPLP.

A Representante de Cabo Verde informou que relativamente aos projetos a aguardar financiamento, designadamente relativamente aos dois projetos Portal e do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e do Repositório Científico da CPLP estavam a aguardar aprovação para transferência. Disse que em relação ao Programa CPLP nas Escolas, também pretendia consultar o Ministério da Educação sobre o cancelamento da II fase.

A Coordenadora afirmou que em Timor-Leste, havia uma passagem do poder para uma nova geração que governava o país e que estavam empenhados na contribuição em várias atividades, o que não significava que não estivessem a fazer reduções no orçamento. O objetivo era de desenvolvimento sustentável e tinha influência na contribuição para atividades, como se traduzia no caso do CIPS. No que concerne à alocação de financiamento da semana da juventude, disse que teria de consultar as suas autoridades.

A DG informou que Portugal, Cabo Verde, Guiné-Equatorial e Timor-Leste decidiram contribuir para o Portal e para o Repositório, fazendo uma solicitação de informação formal para desencadear o processo. Sugeriu ainda que fosse realizada uma reunião entre o Professor Edson Borges, Coordenador do Projeto RIPES com a Dra. Arlinda Cabral, tendo em vista as possíveis sinergias entre a RIPES e o projeto de educação, à semelhança

de reuniões que já foram realizadas, com vista à articulação entre os eixos de ação do projeto RIPES Plataforma Digital e Revista Científica e o Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP e ações previstas no Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Ciência, tecnologia e ensino Superior da CPLP, aprovado pela VI Reunião dos ministros que tutelam este setor.

A Coordenadora informou que Timor-Leste ainda avançara com a Nota Verbal, mas ainda não procedera à transferência dos recursos. Justificou-o com a aprovação do orçamento de estado apenas no final de Janeiro.

O DC indicou que seria recordada a alocação dos recursos por Nota Verbal. Quanto à alocação dos recursos das atividades que estavam a ser discutidas, lembrou o Regimento do Fundo Especial, que no seu artigo 7º n.4 prescreve que: “Os valores afetos a atividades aprovadas que não tenham sido consumidos por essas até ao seu término e os remanescentes de atividades que tenham sido interrompidas prematuramente terão a sua consignação futura definida a partir de deliberação em sede de RPFC a partir de propostas de consignação do SECPLP e/ou dos EM”, recordando que a RPFC era competente para tomar decisões relativas à realocação de recursos sem necessidade de consulta às capitais, não entendendo porque não vinham os PFC mandatados para decidir em sede de reunião.

4. Apresentação de Propostas de Atividades

4.1. Portal Conexão Lusófona – IIª Fase

A entidade executora apresentou a atividade, recordando que o projeto fora inicialmente apresentado em julho de 2013 e aprovado com a categoria decisão 3 e que posteriormente, em Fevereiro de 2014, fora aprovado com a categoria 2, beneficiando do apoio de Portugal no montante de €30.000,00 e de apoio logístico de ANG, CV e STP. Desse modo, foram reunidas condições mínimas para o arranque do projeto. Lembrou que um dos objetivos do projeto era de criar clubes de jornalismo em todos os EM, mas que em função da exiguidade de recursos, tinham sido aconselhados a executar inicialmente em 4 EM, tendo redimensionado o projeto nesse sentido. Informou que a primeira redação teve início em Portugal, e que nas atividades subsequentes se depararam com dificuldades em articular com os EM no sentido de obter condições logísticas para as levar a cabo. Assim, e beneficiando de um outro financiamento que lhes permitira ir à Guiné-Bissau, resolveram desenvolver o projeto naquele EM, tendo aí criado o primeiro clube de jornalismo. A

atividade na Guiné-Bissau decorreu num período de duas semanas, ocasião em que foi realizada uma formação que decorreu na universidade Lusófona durante uma semana, para 40 jovens, fazendo uso de técnicas de educação não formal. Realçou outras atividades que foram abertas ao público, como um debate que juntou 120 pessoas.

Informaram também que, em virtude da presença da conexão lusófona na bienal de jovens criadores da CPLP, em Maputo, foi possível a criação de um grupo informal em Moçambique, que se pretende venha a poder introduzir-se no projeto. Relataram a intenção de trazer dois jovens da Guiné-Bissau para estagiar na redação em Lisboa, a partir de Setembro de 2016, com o propósito dos capacitar com ferramentas que possibilitem o aprofundamento do clube jornalismo iniciado na Guiné-Bissau. Para além dos clubes jornalismo, disseram que estavam otimistas com a evolução do projeto poderia sofrer, em 2016, no Brasil, tendo já parcerias identificadas que mostravam fortes sinais de poderem florescer.

Reforçaram que para levar a cabo este projeto não necessitam apenas de contribuições financeiras por parte dos EM, uma vez que a garantia de alguns apoios logísticos mínimos, designadamente alojamentos e passagens, permitiria avançar com a iniciativa e continuar a estimular jovens, muitos deles com imenso potencial.

Consideraram que o ano de 2016 seria muito importante, pois previam a abertura de dois clubes, em Cabo Verde e em Moçambique, bem como a capacitação de jovens que já colaboram no portal, acolhendo-os em Lisboa, para estagiarem e evoluírem.

Sublinharam que em 2015 a resposta superara as expetativas, tendo sido produzidos mais de 1500 artigos; registado cerca de um milhão de utilizadores e de 1,5 milhões de acessos. Deste universo, notaram que o interesse vem do próprio mundo lusófono, representando os países da CPLP mais de 90% da audiência. Referiram ainda o impacto alcançado tendo capacitado cerca de 70 jovens (20-35 anos).

O Pró-Reitor da UNILAB e Coordenador do Projeto RIPES, Professor Edson Borges, informou que a UNILAB havia mantido um encontro em dezembro 2015 com a tarefa de apresentar aos estudantes a conexão lusófona. Considerou que a UNILAB era um verdadeiro laboratório vivo de conexão de jovens dos EM da CPLP. Deu conta de que estava em curso um processo de institucionalização da universidade - incluindo associações estudantes, e que essas associações estavam interessadas em prosseguir

diálogo. Explicou que a UNILAB não poderia participar com recursos financeiros mas que poderia dar apoio institucional. Elogiou o projeto, que oferecia forte convergência com a UNILAB, podendo ser um canal de distribuição da informação.

A PFBR indicou o apreço em relação ao avanço do projeto e com os esforços empreendidos pela Instituição Executora. Informou, igualmente, que o projeto havia sido encaminhado para a UNILAB e para a Secretaria Nacional de Juventude, mas que não recebera quaisquer comentários, pelo que não haveria certamente qualquer objeção. Porém, disse que não estariam em condições de financiar em virtude de constrangimentos orçamentais.

O PFC GB afirmou que este projeto prestava apoio a uma área muito sensível na Guiné-Bissau, notando a importância do jornalismo e das repercussões, por vezes nefastas, que podem advir da forma como a informação é obtida e veiculada. Aludiu à presença no seu país de pessoas mal-intencionadas, fazendo uso de blogues, e sem qualquer tipo de formação. Nesse sentido considerou meritória a iniciativa de dar formação jornalística a jovens guineenses.

Lamentou que não houvesse mais apoios e disse que deveria trabalhar para conseguir apoios no futuro.

A PFC PT afirmou que considerava muito importante o projeto e a atividade que tem sido desenvolvida, no sentido em que era um projeto promovido por jovens e para jovens, e acrescentou que Portugal estava a considerar a possibilidade de vir a dar um apoio financeiro, apelando a que os outros EM também o fizessem mesmo que fossem contributos em espécie, à semelhança do que aconteceu na primeira fase.

O DC considerou que não havendo recursos para a atividade, os PFC deveriam ter em consideração essa realidade e deliberar à luz desse quadro de constrangimento.

A PFC STP observou que a entidade solicitara não só apoio financeiro mas também logístico, questionando como enquadrar o mesmo.

A Representante de Cabo Verde recordou que na primeira fase Cabo Verde identificara um apoio logístico, do qual a Conexão não teve oportunidade de beneficiar, pelo que haveria disponibilidade para se comprometerem em voltar a tentar novo apoio.

O DC explicou que no orçamento da atividade estavam indicadas essas componentes nas rubricas passíveis de apoio. Mostrou disponibilidade para adequar o orçamento em função desses apoios. Propôs que se comunicasse à entidade executora que não era possível, de momento, apoiar o projeto, mas que seriam feitas consultas nos EM e que estavam convidados a voltar a apresentar a atividade na próxima RPFC.

Numa nova reflexão sobre a exiguidade de recursos para aplicar no PIC, identificou que essa carência era mais sentida no âmbito multilateral da CPLP do que, por exemplo, ao nível da cooperação bilateral realizada pelos Estados-Membros, o que considerou natural. Aditou ainda que em 2012-2013, o Secretariado, interpretando a situação dos EM da CPLP e, por forma a suprir as dificuldades financeiras desse contexto, procurou soluções para ultrapassar esses constrangimentos buscando recursos junto de outras entidades, fazendo exercícios de captação de recursos, num misto público-privado, dando como exemplo a Conferência Energia da CPLP. Realçou que se tratava de um modelo difícil de replicar na RPFC. Explicou também que, na ótica do PIC, só as atividades com orçamentos plurianuais já transferidos para o FE pareciam capazes de dar continuidade às suas diferentes fases, uma vez que os restantes se deparavam sempre grandes dificuldades em encontrar recursos para concluir o leque das atividades previstas. Questionou se a lógica deveria ser a de voltar a apostar em ações pontuais, apenas para resolver aspetos específicos que fossem identificados numa dada conjuntura, esquecendo uma filosofia mais estruturante que acompanha os projetos.

A Coordenadora observou que no quadro das organizações internacionais era frequente a existência de regras que estabeleciam que quem não paga quotas não pode influenciar as decisões e as agendas, aventando que talvez por isso não acontecer na CPLP se verifica a situação vivida no atual contexto.

A DG aproveitou para solicitar o apoio dos PFC na liquidação das contas para o orçamento de funcionamento do SECPLP, notando que ainda nenhum EM pagara as suas contribuições para 2016, que das contribuições de 2015 apenas 3 EM o fizeram e que ainda havia EM com contribuições de 2014 por pagar. Considerou que a situação não era positiva para o funcionamento da organização.

A PFC BR, reportando-se à atividade apresentada pela Conexão Lusófona, concordou que fosse dada uma resposta negativa por ora, solicitando que voltasse a apresentar em julho, nos mesmos moldes. Sugeriu que não houvesse registo de não aprovação, apenas devendo

notar-se que não existiu disponibilidade dos PFC em aprovar a atividade naquele momento.

A PFC STP concordou com a posição do BR, e atendendo ao apelo feito pela DG no início da reunião, sugeriu que a aprovação desta atividade fosse adiada até a a finalização do exercício de realocação dos valores proposto pelo DC.

O DC indicou que seria comunicado este posicionamento à entidade executora, e que os EM deveriam verificar se em função das consultas internas haveria possibilidade de apoiar a iniciativa. Sugeriu ainda a criação de novas categorias de decisão, por forma a poder acautelar situações como a que se verificava e outras de reuniões precedentes.

4.2. Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal – Angola

O DC informou que a presente ação vinha dar continuidade a ações já realizadas em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, no seguimento de uma formação inicial realizada na Sede da CPLP, em 2012, indicando que Angola seria o país onde decorreria a ação. Recordou que a proposta juntava enquanto entidades formativas o Observatório de Tráfico de Seres Humanos, o SECPLP e o Ministério da Justiça e Direitos Humanos de Angola. Explicou que a lógica da atividade era idêntica às anteriores, designadamente a realização de uma capacitação que permitisse às autoridades de justiça criminal aumentar o número de casos detetados e efetivamente condenados. Esperava-se que a ação pudesse promover a prevenção e o combate ao tráfico de seres humanos e que os agentes formados disseminassem boas práticas, potenciando melhorias na capacidade técnica no combate a este crime e contribuíssem no apoio às suas vítimas. Informou que o orçamento solicitado era de €36.180, e que estavam já identificados saldos remanescentes, totalizando cerca de €19.800.

A PFC de PT expressou a sua concordância com a passagem dos recursos colocados para a formação na Guiné-Bissau para a formação em Angola. Propôs que, tal como os demais projetos, se circulasse uma NV, para que fosse possível ter uma decisão até à próxima RPFC.

Angola corroborou com Portugal, quanto à decisão sobre o assunto até à próxima reunião, no Brasil, caso não se encontre uma solução até finais de Março próximo.

O DC apelou a que os EM se pronunciassem mais cedo, sugerindo 15 dias para consultas.

A PFC GE afirmou que apoiava a intenção de circular uma NV para pedir apoio financeiro projeto.

A PFC BR observou que a DG levava ao CCP propostas aprovadas em Díli, tendo em vista a utilização dos recursos livres. Nesse sentido, questionou se seria possível ao SECPLP estudar a situação dentro dos saldos remanescentes, dos cancelamentos já autorizados e dos juros resultantes de aplicações e, tendo por base o apuramento dessa disponibilidade, apresentasse dois ou três cenários de financiamento, para analisar quais as melhores opções e priorizar projetos que pudessem ser aprovados.

A DG explicou que na apresentação feita ao CCP os prazos foram ultrapassados. Afirmou, tal com o DC havia já indicado, que que fora feita a apresentação, demonstrando-se que os recursos disponíveis não permitiriam avançar com todos os projetos e que, como tal, não tinha havido decisão. Sugeriu que a RPFC fizesse um elenco da priorização que deve ser dada aos projetos para que, em função dos recursos apurados, se pudesse depois avançar.

O DC propôs que se concentrassem os recursos nos projetos já aprovados e que não se levassem estas questões para a próxima RPFC. Disse que o SECPLP poderia avançar com uma proposta. Recordou também que as decisões da RPFC deveriam ser endossadas pelo CCP, por forma a cumprir as regras do regimento do FE.

5. Pontos de Informação:

5.1. Reuniões Ministeriais Setoriais - 2016

O DC apresentou a tabela com a indicação das Reuniões Ministeriais previstas para 2016, solicitando respostas céleres dos EM com confirmações de presenças e respetivas delegações.

A Coordenadora aditou que se previam as seguintes reuniões:

- Reunião dos Ministros do Comércio - 21 a 24 de Fevereiro;
- Fórum Económico Global - 25 e 26 de Fevereiro;

- Colóquio sobre a Língua Portuguesa - 19 de Fevereiro;
- VII Reunião dos Ministros do Ambiente - prevista para março, mas tendo em conta proximidade de datas ficará adiada para junho ou julho de 2016;
- Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP - 17 março;
- X Reunião dos Ministros da Cultura: 20 e 21 ou 26 e 27 abril;
- VII Reunião dos Ministros da Ciência, tecnologia e Ensino Superior - 23 e 24 de maio;
- IX Reunião dos Ministros da educação - 26 e 27 de maio;
- III Conferência Internacional sobre Língua - prevista para junho.

Informou também sobre a realização de seminários prévios às reuniões ministeriais que assegurarão presença de países da Ásia (Indonésia e Austrália) países das Ilhas do Pacífico; Seminário sobre limitação das fronteiras - no âmbito da Reunião dos Ministros dos Assuntos dos Mares - onde se esperam peritos da CPLP e da Ásia como oradores, a fim de partilhar experiência; a palestra «Cooperação na ciência, tecnologia e ensino superior como vetor de conhecimento mútuo e integração no espaço da CPLP», no âmbito da Reunião dos Ministros da Ciência, tecnologia e Ensino Superior, e o Seminário «IILP: Potencialidades e Possibilidades», no âmbito da Reunião dos Ministros da Educação, asseguram também presença dos países "vizinhos" (Ásia e Ilhas do Pacífico).

5.2. ESAN-CPLP

O DC informou a RPFC sobre os principais resultados da Reunião Extraordinária do CONSAN-CPLP, realizada em Díli, no mês de Novembro 2015, mencionando o facto de se terem sentado pela primeira vez à mesma mesa representantes dos Estados-membros, da Sociedade Civil, do Setor Privado, das Universidades e dos Parlamentares, num modelo de governação multidisciplinar.

Relembrou as deliberações que emanaram da referida Reunião, nomeadamente a aprovação das Diretrizes do Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades e do Setor privado no CONSAN-CPLP e do Plano de Ação para 2016.

Apresentou ainda as atividades em curso no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, que vêm sendo desenvolvidas com o apoio da FAO. Indicou que estas atividades apenas tinham sido possíveis devido aos recursos muito substanciais

imputados por Timor-Leste, no âmbito da sua presidência *pro tempore*, e pelos outros países contribuintes – Brasil, Portugal, Angola e Moçambique.

Terminou dizendo que seria submetido ao CCP uma proposta de isenção dos limites de consignação previstos no RFE para as contribuições feitas no âmbito do CONSAN-CPLP.

A PFC BR inquiriu sobre qual seria o montante solicitado a ser isento de regras de consignação, tendo o DC indicado que o valor referente a 2015 estava disponível no quadro disponibilizado pela DAF.

Acrescentou que seria feita também a solicitação para que as contribuições feitas para a Campanha JcF fossem também isentas das taxas administrativas.

5.3. Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”

O DC apresentou as principais atividades efetuadas no âmbito da Campanha JcF, destacando a II Corrida, realizada em Novembro de 2015, e o ciclo de Exposições “Artistas Unidos contra a Fome”. Nesse âmbito, indicou que já foram vendidas 6 obras a que a intenção da DIRCOOP era que as obras plásticas doadas, após valorização em exposição, pudessem ser leiloadas em 2017

Referiu-se ao Livro do Acervo dos “Artistas Unidos contra a Fome”, que foi financiado por Timor-Leste e que, uma vez finalizado, permitirá angariar fundos significativos para os Projetos.

Destacou o lançamento do Hino da Campanha Juntos contra a Fome, indicando que existe uma nova versão cantada por solistas nacionais, e que se pretende avançar com a produção de um CD para a promoção da Campanha e da cultura dos Estados-membros. O CD deverá ser lançado no dia 5 de Maio, a par das comemorações do dia da Língua Portuguesa.

Finalmente, destacou os dois projetos que estão a ser implementados na Guiné-Bissau e em Cabo Verde, com recursos angariados na Campanha JcF, e cujos resultados são já visíveis nas comunidades em que os projetos têm lugar.

5.4. Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil

O DC informou sobre os resultados da V Reunião de Pontos Focais da CPLP para a área do trabalho infantil, realçando as linhas de força do programa de atividades preparado pelo SECPLP para o ano de 2016, dedicado à temática, e aprovado por esse plenário. Destacou, em seguida, o objetivo enunciado de politização do tema, fazendo a ponte com as atividades inseridas no âmbito do programa de lançamento do ano, que decorriam no dia seguinte no Parlamento português.

5.5. Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)

O DC indicou que aguardava reunião com Diretor do CIICLA para socialização de informação sobre o programa de atividades dessa estrutura e a forma como a sua direção pensa captar recursos para dar seguimento às atividades nele previstas.

5.6. LEGIS-PALOP

Relativamente ao projeto em causa, o DC referiu que havia uma continuidade no processo, recordando que o mesmo fora financiado em 4 fases pela CPLP. Observou que o recurso que se encontrava disponível no FE não permitia dar seguimento numa nova fase, mas disse que havia a possibilidade de que a iniciativa pudesse continuar com base num financiamento da CE, sendo este processo seguido por Portugal, tal como anteriormente se tinha abordado.

5.7. Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP

Relativamente ao projeto em causa, cuja necessidade financeira era de € 15.000, o DC referiu que já se encontram disponíveis no FE €1.500 atribuídos pelo SECPLP na XXX RPFC, bem como €1.500 disponibilizados por Portugal através do Camões,IP. Foi informado que Timor-Leste, Cabo Verde e Guiné Equatorial manifestaram intenção de afetar recursos. Tendo em conta que com o projeto pretende-se operacionalizar a criação de um canal eletrónico, alojado no portal da CPLP, que contribuiria para a edificação do «Espaço do Ensino Superior da CPLP», através da operacionalização do Eixo I.3. Lançamento do Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, do Plano Estratégico Setorial aprovado em 2014, em Maputo, aguardava-se afetação de verbas ao FE para que o Portal pudesse ser concluído por forma a ser lançado na VII reunião de

ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, prevista para maio de 2016, em Díli.

5.8. Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP

Relativamente ao projeto em causa, cuja necessidade financeira para o ano de 2016 era de € 34.200, o DC referiu que já se encontravam disponíveis no FE €3.900 disponibilizados por Portugal através do Camões,IP, bem como a manifestação de compromisso de financiamento do restante montante, no valor de €2.150 de 2017 a 2020. Foi informado que Timor-Leste, Cabo Verde e Guiné Equatorial manifestaram intenção de afetar recursos, aguardando-se as transferências para que a 1.^a fase do Repositório pudesse ser concluída por forma a ser lançado na VII Reunião de ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, prevista para maio de 2016, em Díli. Tendo em conta que com o projeto se pretendia operacionalizar a construção do repositório científico de língua portuguesa e interligar os repositórios científicos nacionais existentes, facilitar o acesso livre aos repositórios científicos dos Estados Membros e disponibilizar *softwares* livres e acervos bibliográficos do acesso à produção científica, identificado como ação prioritária do Plano Estratégico Setorial aprovado em 2014, em Maputo, sob a coordenação Técnica do Brasil (Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e de Portugal - Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Universidade do Minho, aguardava-se afetação de verbas ao FE para que pudesse ser concluído por forma a ser lançado na VII reunião de ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, prevista para maio de 2016, em Díli.

5.9. Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa

Relativamente ao projeto em causa, cuja necessidade financeira era de € 129.936,00€, o DC referiu que não se encontravam disponíveis recursos do FE que permitissem dar seguimento ao projeto.

5.10. Projeto de Relançamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné - Bissau (INEP) e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional

Relativamente ao projeto em causa, cuja necessidade financeira era de € 63.052,91, o DC referiu que o Secretariado Executivo, na XXXI RPFC (Díli, 2015), afetou ao projeto € 4.373,00. Foi informado que o SECPLP efetuara duas Missões de Serviço para diagnóstico

do Secretariado Executivo, entre 18 e 27 de Novembro de 2015, para a Componente «Arquivo Histórico», e de 27 de janeiro a 3 de fevereiro, para a Componente «Biblioteca». Aguardava-se a afetação dos recursos remanescentes, para efeitos de continuidade do projeto.

5.11. Portal da Educação da CPLP

Relativamente ao projeto em causa, foi prestada informação que tal iniciativa foi apresentada na IV Reunião dos Pontos Focais de Educação (novembro de 2015, Sede da CPLP), tendo sido indicada uma atividade que assume o cariz de prioritária com o intuito de promover a criação de um espaço para partilha e divulgação de informação sobre o domínio da educação e do ensino técnico-profissionalizante dos Estados membros, tendo como principais atividades divulgar informação sobre os sistemas educativos e formativos da CPLP, divulgar as estatísticas da educação da CPLP, disponibilizar material didático-pedagógico, disponibilizar espaços para o diálogo multilateral no domínio da educação entre os Pontos Focais da Educação. Foi informado que a necessidade financeira ainda se encontra em fase de identificação.

5.12. Brochura Escolar / Cartilha Infantil da CPLP Capital da Cultura da CPLP

Relativamente ao projeto em causa, foi prestada informação que tal iniciativa foi apresentada na IV Reunião dos Pontos Focais de Educação (novembro de 2015, Sede da CPLP), tendo sido indicada uma atividade que assume o cariz de prioritária com o intuito de complementar o projeto «CPLP nas Escolas», através do aumento do conhecimento relativo à CPLP e às realidades históricas e socioculturais dos Estados membros através das escolas, facultar o acesso a conteúdos para atividades lúdico-pedagógicas, com particular incidência nos dados gerais sobre a CPLP (Constituição, princípios e objetivos; Área do globo terrestre; habitantes; entre outros); dados por Estado Membro (Designação Oficial, Capital, datas das independências, símbolos nacionais, moeda; Dimensão geográfica, população; Breve enquadramento histórico do país; dados gerais sobre o clima, fauna e flora e recursos naturais, outros a identificar); Atividades lúdicas e pedagógicas (Colorir países da CPLP, colar bandeiras num mapa-mundo, cortar e colar/juntar pontos para identificar o nome de animais característicos dos EM, outros a identificar). Foi informado que a necessidade financeira ainda se encontra em fase de identificação.

5.13. II Feira do Livro da CPLP

Relativamente ao projeto em causa, foi prestada informação que tal iniciativa foi apresentada na IV Reunião dos Pontos Focais da Cultura (novembro de 2015, Sede da CPLP), tendo como objetivos principais fomentar o conhecimento dos valores culturais dos Estados-membros; estimular o hábito de leitura e o acesso a livros de autores de Língua Portuguesa; dar a conhecer os autores e a literatura dos Países de Língua Portuguesa; consciencializar os cidadãos sobre a contribuição da cultura nos três pilares de desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental. Através deste projeto, será possível promover a realização bienal da Capital da Cultura da CPLP, reforçar os laços de amizade e de cooperação entre os cidadãos dos Estados-membros da CPLP através da cultura; promover a realização da II Edição da Feira do Livro da CPLP. Foi informado que este projeto está orçamentado em € 240.051,84, sendo que Moçambique afetou recursos ao FECPLP no montante de atribuição de €60,076,38, a distribuir por este projeto e mais dois (Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP e Seminário sobre Estudo Comparado da Legislação dos Países de Língua Portuguesa sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos).

5.14. Festival da Canção Infantil da CPLP

Relativamente ao projeto em causa, foi prestada informação que tal iniciativa foi apresentada na IV Reunião dos Pontos Focais da Cultura (novembro de 2015, Sede da CPLP), tendo como objetivos principais objetivos: estimular o intercâmbio cultural e estreitar as relações de amizade entre as crianças dos Estados membros da CPLP; reforçar a cooperação entre os cidadãos dos Estados-membros da CPLP através da música; concretizar os compromissos internacionais sobre os Direitos da criança. Foi informado que Angola manifestou interesse em acolher o evento, sem data marcada. Foi informado que este projeto está orçamentado em €251.591,50, aguardando-se afetação de recursos para a operacionalização do projeto.

5.15. Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP destinado a Altos Quadros ao Nível Institucional e Estratégico

Relativamente ao projeto em causa, foi prestada informação que tal iniciativa foi apresentada na IV Reunião dos Pontos Focais da Cultura (novembro de 2015, Sede da CPLP), tendo como objetivos principais objetivos: prover Altos Quadros dos Estados-

membros de instrumentos e conhecimento especializado na área da cultura através da formação e capacitação; dotar os Estados membros de profissionais aptos para a coordenação e gestão de políticas na área da cultura; contribuir para a elaboração do Programa de formação do Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP e promover o contato com parceiros acima identificados com vista a solicitar apoio técnico e financeiro à realização do Seminário. Foi informado que este projeto tem como necessidade financeira: €20.000,00. Foi informado que Moçambique afetou recursos ao FECPLP no montante de atribuição de €60,076,38, a distribuir por este projeto e mais dois.

5.16. Seminário sobre Estudo Comparado da Legislação dos Países de Língua Portuguesa sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos

Relativamente ao projeto em causa, foi prestada informação que tal iniciativa foi apresentada na IV Reunião dos Pontos Focais da Cultura (novembro de 2015, Sede da CPLP), tendo como objetivos principais objetivos: criar a rede de informação sobre direitos autorais e direitos conexos da CPLP; disponibilizar base de dados de legislação comparada dos direitos autorais na CPLP; criar o Manual de Boas Práticas no domínio dos direitos de autor e direitos conexos na CPLP. Com este projeto, promover-se-á a identificação de entidades representativas dos titulares de Direitos de Autor e Direitos Conexos dos Estados-membros da CPLP; a constituição de um grupo de trabalho para elaboração de um estudo de direito comparado (Seminário). Foi informado que este projeto tem como necessidade financeira: €40.210,00. Foi informado que Moçambique afetou recursos ao FECPLP no montante de atribuição de €60,076,38, a distribuir por este projeto e mais dois (Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP e II Feira do Livro da CPLP).

5.17. Ações realizadas pelo Ministério Saúde BR PECS

O Brasil informou que, em novembro, se realizou em Brasília o Curso Internacional de Gestão da Tuberculose: Manejo Clínico e Vigilância Epidemiológica, para gestores dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A iniciativa teve como objetivo a capacitação dos gestores dos Programas de Controle da Tuberculose dos países convidados. Além disso, deu continuidade às atividades da Rede de Investigação e Desenvolvimento em Saúde de Tuberculose (RIDES-TB) da CPLP, instituída em fevereiro de 2014.

No que toca às ações no âmbito da RIDES IST -VIH/Sida, o Ministério da Saúde do Brasil realizou uma missão aos Estados membros com vistas ao levantamento dos dados sobre a implementação das recomendações B+ em cada país, no segundo semestre de 2015. Foi feita a apresentação do relatório final do diagnóstico, que aponta recomendações voltadas para a eliminação da transmissão vertical do VIH e sífilis congênita, bem como acerca das possibilidades de cooperação entre os países da CPLP para o alcance desse objetivo.

5.18. Programa Audiovisual da CPLP

A DG lembrou que este programa foi lançado em 2015 em Timor-Leste e que já se realizaram dois concursos públicos relativos a dois dos eixos do Programa: o DOCTV II e o FIC TV. Nesse processo foram constituídos polos nacionais nos EM e júris independentes que selecionaram as melhores obras. Os realizadores vencedores participaram posteriormente em duas oficinas de desenho criativo, realizadas em janeiro de 2016, em Óbidos. Informou que já havia contratos assinados, com um conjunto de responsabilidades, e pagamentos em cerca de um milhão de euros. Afirmou que dentro de 210 dias os realizadores teriam as obras concluídas. Considerou que o programa estava em bom andamento, e que as expectativas eram elevadas.

Deu conta ainda de um projeto subsequente, aprovado pelo último CCP, MERCADO INTERNACIONAL DO AUDIOVISUAL DE LÍNGUA PORTUGUESA “RIO-LISBOA CONTENT MARKET” – MÓDULO 1; que iria criar em Lisboa, um mercado audiovisual em Língua Portuguesa já em 2016. Este projeto contava com um financiamento de €1.000.000,00 do Instituto de Cinema e Audiovisual de Portugal e ainda que se esperava poder contar também com uma contribuição do Brasil.

Tendo chegado ao final dos Pontos de Informação, a Coordenadora solicitou que se retomasse o ponto 3.2, para deliberar sobre as proposta de projetos a priorizar para financiamento.

Nesse sentido o SECPLP apresentou uma tabela, onde procurou dar uma panorâmica dos montantes que seriam necessários para financiar cada projeto e que desse modo permitiria aos PFC escolher quais seriam mais prioritários.

Seguidamente os PFC discutiram diferentes propostas sobre qual a ordem em que deveriam colocar os projetos tendo em mente fazer uma listagem dos mais prioritários. Da discussão das propostas apresentadas resultou a seguinte listagem:

Projeto/ AP	Orçamento	Valor aproximado já atribuído	Valor em falta
Projetos Campanha JcF (1 projeto)	35.000,00	0,00	35.000,00
Formação de combate ao tráfico de seres humanos - Angola	36.188,40	19.800,00	16.388,40
Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP *	15.000,00	3.000,00	12.000,00
2016 - Ano CPLP contra o Trabalho Infantil	40.000,00	25.000,00	15.000,00
Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP *	34.900,00	3.900,00	31.000,00
INEP Guiné Bissau	63.052,91	4.373,00	58.679,91
Terminologias CTC	129.936,00	0,00	129.936,00
Portal Conexão Lusófona	29.335,50	0,00	29.335,50
CPLP nas Escolas Fase II	78.000,00	47.279,82	30.720,18
CIPS	44.185,09	25.247,62	18.937,47
Capital da cultura da CPLP	240.051,84	20.000,00	220.051,84
II Feira do Livro da CPLP	198.559,20	20.000,00	178.559,20
Seminário sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos	40.210,00	20.000,00	20.210,00
* inclui a contribuição de Portugal		<i>Total necessário</i>	795.818,50

Foi deste modo deliberado que os cinco projetos listados inicialmente seriam aqueles que, mediante o apuramento da disponibilidade de recursos livres, que deveria ser concluída pela DAF/SECPLP até final de Março de 2016, previsivelmente estariam em condições de ser imediatamente financiados.

Nada mais havendo a acrescentar, a Coordenadora da XXX RPFC deu os trabalhos por encerrados.

Grelha das Deliberações da XXXI RPFC

Ponto da Agenda	Deliberações
3.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC	<ul style="list-style-type: none"> • O Secretariado Executivo circulará, até final de Março de 2016, os quadros de execução técnica e de execução financeira, na sua versão atualizada; • O Secretariado Executivo, por solicitação da XXXII RPFC, foi incumbido de circular novo cronograma de atividades no âmbito do projeto RIPES; • Relativamente à IIª Fase do Programa CPLP nas Escolas, os PFC foram incumbidos de levar a cabo consultas com os PF do Programa para que pudesse haver uma decisão na próxima RPFC quanto à cessação do Projeto; • Os EM ficaram de informar o SECPLP relativamente às atividades de âmbito nacional no âmbito do Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil, por forma a integrar um plano conjunto da CPLP; <ul style="list-style-type: none"> ○ O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 15.000,00 que seriam afetos à Atividade através do Fundo Especial da CPLP, mediante o apuramento da disponibilidade de recursos livres (a ter lugar até final de Março de 2016); • O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 12.000,00 que seriam afetos à Atividade Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP através do Fundo Especial da CPLP, mediante o apuramento da disponibilidade de recursos livres (a ter lugar até final de Março de 2016); • O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 31.000,00 que seriam afetos à Atividade Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP, através do Fundo Especial da CPLP, mediante o apuramento da disponibilidade de recursos livres (a ter lugar até final de Março de 2016); • O SECPLP apresentará, até à próxima RPFC, proposta de revisão das categorias de decisão da RPFC com a introdução de novas categorias, por forma a poder acautelar situações em que seja reconhecido mérito à atividade proposta mas em que não haja financiamento.
4.1. Proposta Atividade Portal Conexão Lusófona – IIª Fase	<ul style="list-style-type: none"> • Os PFC decidiram não se pronunciar sobre esta atividade na presente Reunião, tendo decidido levar a cabo consultas internas para viabilizar o financiamento desta ação; <ul style="list-style-type: none"> ○ O SECPLP ficou incumbido de comunicar à Entidade Executora que estaria convidada a voltar a apresentar a proposta de Atividade à próxima RPFC.



4.2. Proposta de Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal - Angola	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1;• O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, identificou Euros 16.388,40, que seriam afetos à Atividade, através do Fundo Especial da CPLP, mediante o apuramento da disponibilidade de recursos livres (a ter lugar até final de Março de 2016);
5.3 Campanha da CPLP "Juntos contra a Fome"	<ul style="list-style-type: none">• Foi decidido que pudesse ser trazida uma iniciativa/projeto da Campanha para aprovação da RPFC, com caráter de regularidade e programado;• O Secretariado Executivo da CPLP, em parceria com a RPFC, aprovou o financiamento do valor de um projeto Campanha Juntos contra a Fome, no valor de Euros 35.000,00, através do Fundo Especial da CPLP, mediante o apuramento da disponibilidade de recursos livres (a ter lugar até final de Março de 2016);

Anexo I

XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 15 e 16 de fevereiro de 2016

LISTA DE PARTICIPANTES

- **ANGOLA**
 - Mário Garrido, Ministério das Relações Exteriores;
 - Cristina Abril, Técnica Superior da Missão de Angola junto *a CPLP
- **BRASIL**
 - Alessandra Ambrósio, Gerente de Programas de Cooperação Multilateral da ABC e Ponto Focal de Cooperação;
 - Pedro Veloso, Secretário da Missão do Brasil junto da CPLP;
 - Welton Rocha Filho, Oficial de Chancelaria – Agência Brasileira de Cooperação / Ministério da Relações Exteriores.
- **CABO VERDE**
 - Jorge Gonçalves, Ministro Plenipotenciário da Embaixada de Cabo Verde em Lisboa;
 - Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.
- **GUINÉ-BISSAU**
 - Marcelo Pedro d’Almeida, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros da Cooperação Internacional e das Comunidades;
 - Francisco Mendes, Chefe de Departamento da Direção de Recursos Humanos – Ministério dos Negócios Estrangeiros.
 -
- **GUINÉ EQUATORIAL**
 - Cristina Mangue Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
 - Roberto Carlos Uganda Rondo, Técnico do Departamento da Lusofonia;
 - Regina Martins, Missão Permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP.
- **MOÇAMBIQUE;**
 - Dionísio Macule, Conselheiro da Missão de Moçambique junto à CPLP;
 - Miguel Tungadza, Primeiro Secretário.

- **PORTUGAL**

- Paula Lopes, Chefe de Divisão dos Assuntos Multilaterais (DAM) do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua
- Eduarda Cabral e Silva, Técnica superior da DAM do Camões,-Instituto da Cooperação e da Língua.

- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

- Katia D'Alva Carvalho, Ponto Focal de Cooperação da CPLP da Direção de Cooperação Internacional do Ministério da Economia e Cooperação Internacional;
- Amílcar Afonso, Conselheiro na Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em Lisboa.

- **TIMOR-LESTE**

- Lídia Martins, PFC da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Joaquim Fernandes, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

- **SECPLP**

- Georgina de Melo, Diretora Geral;
- Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
- Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças
- Carlos Gonçalves, Técnico da Direção de Cooperação
- Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação
- Ana Barbosa de Melo, Técnica da Direção de Cooperação
- Sandra Pires, Técnica da Direção de Cooperação
- Arlinda Cabral, Técnica da Direção da Ação Cultural e da Língua Portuguesa

- **Convidados**

- Professor Edson Borges, Pró-Reitor de Relações Institucionais e Coordenador do Projeto RIPES;
- Natasha Mendes Gabriel, Co-fundadora e Coordenadora do Núcleo de Design do Instituto Elos.

Anexo II

XXXII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 15 e 16 de fevereiro de 2016

AGENDA FINAL

Dia 1

Seminário: “A cooperação na CPLP no contexto da agenda de desenvolvimento pós 2015”

A construção de uma Nova Visão Estratégica para a CPLP

- Embaixadora Alda Melo Santos
- Laura Vidal – Conexão Lusófona
- Embaixador Roque Rodrigues – Timor-Leste

Os desafios para a cooperação na CPLP no contexto da agenda de desenvolvimento pós-2015

- Pedro Veloso - A experiência brasileira no processo de negociação dos ODS na ONU
- Nuno Lacasta - Presidente da APA e Representante Português na COP21

Economia solidária e estratégias alternativas de cooperação para o desenvolvimento

- Nuno Frazão - Coordenador da Social Innovation Lab e da New Business Development na Social Business School do Instituto de Empreendedorismo Social
- Natasha Gabriel - Coordenadora do Núcleo de Design do Instituto Elos
- Guilherme Collares Pereira - Access to Energy, Fundação EDP (*a confirmar*)

1. Sessão de Abertura da XXXII RPFC
2. Aprovação da Agenda de Trabalho
3. Programa Indicativo de Cooperação
 - 3.1 Execução Financeira em 2015
 - 3.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

Dia 2

4. Apresentação de Propostas de Atividades
 - 4.1 Ação de Formação de Formadores sobre o Combate ao Tráfico de Seres Humanos para Profissionais do Sistema de Justiça Penal – Angola
 - 4.2 Portal Conexão Lusófona – IIª Fase
5. Pontos de Informação:
 - 5.1. Reuniões Ministeriais Setoriais – 2016
 - 5.2. ESAN-CPLP
 - 5.3. Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”
 - 5.4. Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil
 - 5.5. Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para a CPLP e África (CIICLAA)
 - 5.6. LEGIS-PALOP
 - 5.7. Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP
 - 5.8. Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP
 - 5.9. Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa
 - 5.10. Projeto de Relançamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné – Bissau (INEP) e Projeto de Formação do Pessoal e Reapetrechamento dos Serviços da Biblioteca Pública e do Arquivo Histórico Nacional
 - 5.11. Portal da Educação da CPLP
 - 5.12. Brochura Escolar / Cartilha Infantil da CPLP
 - 5.13. Capital da Cultura da CPLP
 - 5.14. II Feira do Livro da CPLP
 - 5.15. Festival da Canção Infantil da CPLP
 - 5.16. Seminário sobre Políticas Culturais e Indústrias Criativas da CPLP
 - 5.17. Seminário sobre Direitos de Autor e Direitos Conexos
 - 5.18. Ações desenvolvidas pelo Brasil no âmbito do PECS-CPLP.



CPLP
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

Sessão de Encerramento

Conferência de Imprensa

Dia 3

Cerimónia de Abertura do Ano Internacional da CPLP contra o Trabalho Infantil
Sala do Senado, Assembleia da República de Portugal